



## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018 E 2018/2019

Entre as partes, de um lado, **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede na rua Cel. Xavier de Toledo, 220 – 11º andar – São Paulo – SP – 01048-000, inscrito no CNPJ sob o nº 61.533.199/0001-28, e, de outro lado a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – FETICOM-SP**, com sede na Rua Gualachos, 41 – Aclimação, 01533-020- São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.505.252/0001-02, com abrangência territorial dos inorganizados; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE ARAÇATUBA**, representando a categoria profissional nas cidades de Andradina, Araçatuba, Avanhandava, Bento de abreu, Bilac, birigui, coroados, glicério, guararapes, mirandópolis, penápolis, pereira Barretos, promissão, rubiácea e valparaíso; **SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOBIL DE BARRETOS**, representando a categoria profissional na cidade Barretos; **SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE CAMPOS DE JORDÃO**, representando a categoria profissional na cidade Campos de Jordão; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO, MOBILIARIO, CERAMISTAS, LADRILHOS, HIDRAULICOS E PRODUTOS DE CIMENTO DE CAPIVARI**, representando a categoria profissional na cidade americana, Capivari, hortolândia, jandira, leme, nova odessa e Sumaré; **SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE CRUZEIRO**, representando a categoria profissional na cidade cruzeiro; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND CONST MOB DE FRANCA**, representando a categoria profissional nas cidades de cristais paulista, franca, jeriquara, pedregulho, restinga, ribeirão corrente, rifaina e são josé da bela vista; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE ITATIBA**, representando a categoria profissional na cidade cruzeiro de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Itatiba, Joanópolis, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Socorro. **SINDICATO DOS TRAB IND CONST MOBIL CER DE ITU E REGIAO**, representando a categoria profissional nas cidades de boituva, cabreúva, cerquilho, cesário lange, conchas, elias fausto, guareí, indaiatuba, itapetininga, itu, laranjal paulista, mombuca, monte mor, pereiras, porto feliz, quadra, rafard, tatuí e Tietê; **SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE JACARÉI**, representando a categoria profissional na cidade de Jacaréi; **SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE LIMEIRA**, representando a categoria profissional nas cidades de cordeirópolis, corumbataí, mogi mirim, rio claro e santa Gertrudes; **SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE MARILIA**, representando a categoria profissional na cidade de Marília; **SINDICATO DOS TRABALHADORES INDS CONST MOBIL M IND MIRASSOL E VOTUPORANGA**, representando a categoria profissional nas cidades de bálsamo, floreal, jaci, macaubal, magda, mirassol, mirassolândia, monções, monte aprazível, neves paulista, nhandeara, nipoã, poloni, sebastianópolis do sul, tanabi, união paulista e Votuporanga; **SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST MOB MONT INDL DE MOCOCA**, representando a categoria profissional nas cidades de caconde, divinolândia, itobi, Mococa, são josé do rio pardo, são sebastião da grama e tapiratiba; **SINDICATO TRAB. IND. CER. REFR. CONSTR. CIVIL ESTRADAS TERRAPLAG. MONTS. INDS.E DO MOB.DE MOGI-GUACU E REGIÃO**, representando a categoria profissional nas cidades de aguai, águas da prata, águas de lindóia, artur nogueira, conchal, engenheiro coelho, espírito santo do pinhal, holambra, itapira, lindóia, mogi guaçu, monte alegre do sul, pedreira, santo antônio de posse, santo antônio do jardim, são joão da boa vista e serra negra; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS CONSTRUCAO MOBILIÁRIO OURINHOS**, representando a categoria profissional na cidade de Ourinhos; **SINDICATO DOS**

f





**TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB PIRACICABA**, representando a categoria profissional na cidade de piracicaba; **SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB PRESIDENTE PRUDENTE**, representando a categoria profissional nas cidades de alfredo marcondes, caiué, estrela do norte, iepê, indiana, marabá paulista, martinópolis, narandiba, paraguaçu paulista, piquerobi, pirapozinho, presidente bernardes, presidente epitácio, Presidente Prudente, presidente venceslau, quatá, rancharia, regente feijó, sandovalina, santo anastácio e teodoro Sampaio; **SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB REGISTRO**, representando a categoria profissional nas cidades de barra do turvo, cajati, cananéia, eldorado, iguape, ilha comprida, jacupiranga, juquiá, miracatu, pariquera-açu, Registro e sete barras; **SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA**, representando a categoria profissional nas Cidades de Mauá, Ribeirão Pires e Santo André; **SINDICATO DOS TRABALHADORES INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO CAETANO / SOLIDARIEDADE**, representando a categoria profissional nas cidades de adamantina, bernardino de campos, fartura, florida paulista, ipaussu, lucélia, manduri, mariápolis, pacaembu, piraju, santa cruz do rio pardo e são caetano do sul; **SINDICATO DOS TRABALHADORES INDÚSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**, representando a categoria profissional nas cidades de caraguatatuba, Paraibuna e são josé dos campos; **SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, representando a categoria profissional nas cidades de adolfo, álvaes florence, américo de campos, ariranha, bady bassitt, buritama, cardoso, catanduva, cedral, cosmorama, estrela d'oeste, fernandópolis, guapiaçu, ibirá, icém, itajobi, jales, josé bonifácio, mendonça, meridiano, nova aliança, nova granada, novo horizonte, onda verde, orindiúva, palestina, paulo de faria, pindorama, pontes gestal, potirendaba, riolândia, santa adélia, santa fé do sul, são josé do rio preto, tabapuã, uchoa e valentim gentil; **SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO CIVIL, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM, DO CIMENTO, CAL E GESSO, DE PRODS DE CIMENTO, DE OLARIAS E CERÂMICAS E DO MOB DE SOROCABA E REGIÃO**, representando a categoria profissional nas cidades de araçoiaba da serra, piedade, salto de pirapora, sorocaba e votorantim. **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE TAUBATÉ-SP**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 72.306.913/0001-41, e Registro Sindical MTIC 004.134.886.67-7, situado à Rua Cel João Afonso, nº 294, Centro, Taubaté-SP, representando a categoria profissional nas cidades de caçapava, pindamonhangaba, taubaté e Tremembé, fica estabelecida a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** na forma dos artigos 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as cláusulas seguintes:

#### **1ª - REAJUSTE SALARIAL – GERAL**

##### **2017 a 2018**

**A - Os salários dos empregados da categoria profissional acordante serão reajustados em 01/06/2017, com o percentual negociado entre as partes, como segue:**

- a) **3,35 % (três vírgula trinta e cinco);** que incidirá sobre os salários vigentes **31/10/2016**

##### **2018 a 2019**

**B - Os salários dos empregados da categoria profissional acordante serão reajustados em 01/06/2018, com o percentual negociado entre as partes, como segue:**

- a) **2,0 % (dois por cento);** que incidirá sobre os salários vigentes em 01/06/2017.

f



## 2ª – COMPENSAÇÕES

### 2017 a 2018

A - Serão compensadas todas as antecipações concedidas no período de 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2017, exceto os reajustes decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito, implemento de idade e término de aprendizagem, bem assim os aumentos reais concedidos expressamente a esse título.

### 2018 - 2019

B - Serão compensadas todas as antecipações concedidas no período de 01 de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, exceto os reajustes decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito, implemento de idade e término de aprendizagem, bem assim os aumentos reais concedidos expressamente a esse título.

## 3ª - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

### 2017 a 2018

O reajuste salarial dos empregados admitidos após a data-base (01.06.16), obedecerá aos seguintes critérios:

A) No salário de empregados admitidos em funções com paradigma e desde que a diferença do tempo de serviço entre eles seja superior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial concedido ao paradigma, limitados porém ao menor salário da função;

Se a diferença de tempo de serviço entre admitidos e paradigma for inferior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial devido ao paradigma, equivalendo-se os salários;

B) Em se tratando de funções sem paradigma, e para as empresas constituídas após 01.06.16, fica assegurado ao empregado um reajuste proporcional, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	PERCENTUAL DEVIDO EM 01.06.2016
JUNHO/16	3,35
JULHO/16	3,08
AGOSTO/16	2,81
SETEMBRO/16	2,54
OUTUBRO/16	2,27
NOVEMBRO/16	2,00
DEZEMBRO/16	1,73
JANEIRO/17	1,46
FEVEREIRO/17	1,19
MARÇO/17	0,92
ABRIL/17	0,65
MAIO/17	0,38



C) Do total apurado, serão deduzidas as antecipações compulsórias e espontâneas, na conformidade da cláusula 2ª.

**2018 a 2019**

O reajuste salarial dos empregados admitidos após a data-base (01.06.17), obedecerá aos seguintes critérios:

C) No salário de empregados admitidos em funções com paradigma e desde que a diferença do tempo de serviço entre eles seja superior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial concedido ao paradigma, limitados porém ao menor salário da função;

Se a diferença de tempo de serviço entre admitidos e paradigma for inferior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial devido ao paradigma, equivalendo-se os salários;

D) Em se tratando de funções sem paradigma, e para as empresas constituídas após 01.06.17, fica assegurado ao empregado um reajuste proporcional, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	PERCENTUAL DEVIDO EM 01.06.2017
JUNHO/17	2,0
JULHO/17	1,83
AGOSTO/17	1,67
SETEMBRO/17	1,51
OUTUBRO/17	1,35
NOVEMBRO/17	1,19
DEZEMBRO/17	1,03
JANEIRO/18	0,87
FEVEREIRO/18	0,71
MARÇO/18	0,55
ABRIL/18	0,39
MAIO/18	0,23

C) Do total apurado, serão deduzidas as antecipações compulsórias e espontâneas, na conformidade da cláusula 2ª.



#### 4ª - SALÁRIO NORMATIVO

##### 2017 a 2018

A) Fica assegurado para os empregados, um salário normativo, a partir de 01 de junho de 2017, de R\$ 1.289,96 (hum mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos) por mês e R\$ 5,863 (cinco reais, oitocentos e sessenta e três centavos de real) a hora.

##### 2018 a 2019

B) Fica assegurado para os empregados, um salário normativo, a partir de 01 de junho de 2018, de R\$ 1.315,75 (hum mil, trezentos e quinze reais e setenta e cinco centavos) por mês e R\$ 5,98 (cinco reais, noventa e oito centavos de real) a hora.

C) O salário normativo especificado na letra "A" será reajustado pelo mesmo percentual que corrigir os salários da categoria, concedido compulsoriamente por força de lei, medida provisória, sentença normativa ou ajustado em norma convencional.

D) Para os menores aprendizes, na forma da Lei, o salário normativo será aplicado na forma estabelecida na cláusula 21ª, desta Convenção.

#### 5ª - SALÁRIO ADMISSÃO

A) Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado em qualquer circunstância de salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais;

B) Não se incluem na garantia acima às funções individualizadas.

#### 6ª - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

A substituição superior a 90 (noventa) dias consecutivos acarretará a efetivação na função.

#### 7ª - HORAS EXTRAS

Os sindicatos convenientes se propõem, conjuntamente, a envidarem esforços para conscientizarem as empresas e os trabalhadores no sentido da necessidade de eliminarem as horas extraordinárias da jornada de trabalho.

A necessidade da realização de horas extras habituais deverá, na medida do possível, ser convertida na contratação de novos empregados.

Havendo trabalho extraordinário, a hora extra será remunerada da forma a seguir:

A) Com o adicional de 60% (sessenta por cento), calculado sobre o valor da hora normal, se forem trabalhadas de segunda-feira até sábado, inclusive;

B) Com o adicional de 100% (cem por cento), calculado sobre o valor da hora normal, quando trabalhadas em domingos e feriados;



C) Fica assegurada a integração da média das horas extras nas verbas rescisórias, 13º salário, férias e FGTS.

#### **8ª - ADICIONAL NOTURNO**

A remuneração do trabalho noturno será acrescida do adicional de 30% (trinta por cento) para fins do art. 73 da CLT.

#### **9ª – PROMOÇÕES**

A promoção do empregado para cargo de nível superior ao exercido, comportará um período experimental não superior a 60 (sessenta) dias. Vencido o período experimental, a promoção e o respectivo aumento salarial serão anotados na Carteira de Trabalho. Nas promoções para função sem paradigma será garantido um aumento nunca inferior a 10% (dez por cento). Nas promoções para cargo de supervisão ou chefia, o prazo experimental não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

#### **10ª - DATA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes nas empresas, o pagamento dos salários deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido.

#### **11ª - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE)**

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, as empresas concederão adiantamento salarial a seus empregados, até 15 (quinze) dias após a data do pagamento mensal dos salários, em quantia não inferior a 40% (quarenta por cento) do salário nominal, inclusive no curso do aviso-prévio.

**Parágrafo Único:** A presente condição não se aplicará aqueles empregados que tiverem faltado injustificadamente ao serviço por mais de 5 (cinco) dias, até o dia 15 do mês.

#### **12ª - COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

##### **2017 a 2018**

Aos empregados afastados do emprego, a partir de 16.12.16, por motivo de auxílio doença da Previdência Social, fica garantida a complementação de 100% (cem por cento) do 13º salário devido no período, desde que o afastamento tenha sido igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, limitado ao teto previdenciário.

##### **2018 a 2019**

Aos empregados afastados do emprego, a partir de 16.12.17, por motivo de auxílio doença da Previdência Social, fica garantida a complementação de 100% (cem por cento) do 13º salário devido no período, desde que o afastamento tenha sido igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, limitado ao teto previdenciário.





### 13ª - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

Ao empregado em gozo de benefício do auxílio previdenciário por doença, fica garantida entre o 16º (décimo sexto) dia e o 90º (nonagésimo) dia de afastamento, uma complementação de salário de valor equivalente a diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário nominal, respeitado sempre, para efeito de complementação, o limite máximo da contribuição previdenciária.

### 14ª - ABONO DE APOSENTADORIA

A) Aos empregados com 5 (cinco) ou mais anos de serviços contínuos na mesma empresa e que dela se desligarem espontaneamente, por motivo de aposentadoria, será pago abono equivalente ao seu último salário nominal;

B) Se o empregado continuar trabalhando na mesma empresa, após a aposentadoria, o pagamento do abono será garantido apenas por ocasião do desligamento definitivo, se dela se desligar espontaneamente.

C) Para os empregados com 10 (dez) ou mais anos de serviços contínuos na mesma empresa, na forma das letras anteriores, será pago um abono equivalente a 2 (dois) salários nominais;

D) Ficam ressalvadas as condições anteriores, desde que mais favorável à presente.

### 15ª - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Na execução dos serviços relacionados a atividade produtiva fabril, as empresas não poderão se valer senão de trabalhadores por elas contratados, salvo nos casos definidos da Lei nº 6019/74.

### 16ª - AUXÍLIO FUNERAL

A) No caso de falecimento de empregado, em decorrência de morte natural, a empresa pagará, uma única vez, a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salários e outras verbas trabalhistas remanescentes a quantia correspondente a 1 (um) salário normativo da categoria, vigente na data do falecimento.

B) Na hipótese de invalidez permanente ou morte causada por acidente do trabalho, o auxílio supra corresponderá a 2 (dois) salários normativos da categoria;

C) Esta cláusula não se aplicará às empresas que adotem o sistema de seguro de vida em grupo ou benefícios semelhantes.



## 17ª - AVISO PRÉVIO

Nos casos de rescisão de contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, o aviso prévio obedecerá aos seguintes critérios:

A) Será comunicado pela empresa por escrito e contra-recibo, esclarecendo se será trabalhado ou não;

B) A redução de duas horas diárias, prevista no artigo 488 da CLT, será utilizada atendendo à conveniência do empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, mediante opção única do empregado por um dos períodos, exercida no ato do recebimento do pré-aviso. Da mesma forma, alternativamente, o empregado poderá optar por 1 (um) dia livre por semana ou 7 (sete) dias corridos durante o período;

C) Aos empregados com 45 (quarenta e cinco) anos de idade, ou mais e que tenham permanecido na atual empresa por um período mínimo de 5 (cinco) anos, fica garantido um aviso-prévio de 50 (cinquenta) dias, acrescido de mais 1 (um) dia por ano ou fração superior a 6 (seis) meses de idade acima de 45 (quarenta e cinco) anos, sem prejuízo, quando for o caso, das garantias estabelecidas na letras "A" e "B" supra;

D) No caso de aviso prévio trabalhado, os empregados abrangidos pelas disposições da letra "C" supra, deverão cumprir apenas 20 (vinte) dias de aviso prévio, sendo indenizado pelo que exceder;

E) O aviso prévio trabalhado não poderá ter seu início no último dia útil da semana:

F) Ao empregado que, no curso do aviso prévio trabalhado, solicitar ao empregador, por escrito, fica garantido o seu imediato desligamento do emprego e a anotação da respectiva baixa em sua CTPS. Neste caso, a empresa está obrigada, em relação a essa parcela, a pagar apenas os dias efetivamente trabalhados, sem prejuízo das duas horas diárias previstas no artigo 488 da CLT, proporcionais ao período não trabalhado, ou eventual opção conforme letra B) desta cláusula;

G) O disposto nesta cláusula não se acumula com os dispositivos contidos na Nota Técnica nº 184/2012/CGRT/SRT/MTE, relativa a Lei 12.506, de 11/10/2011, que regulam o Inciso XXI, art. 7º da Constituição Federal, relativo ao Aviso prévio. Será aplicado ao trabalhador nestas condições o que for mais favorável a ele, NÃO acumuladamente.

## 18ª – FÉRIAS

A) No início das férias individuais ou coletivas, será fixado a partir do primeiro dia útil da semana;

B) Quando as férias coletivas abrangerem os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro, estes dias não serão computados como férias e, portanto, excluídos da contagem dos dias corridos regulamentares;

C) A concessão das férias será participada ao empregado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



### 19ª - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

A) Nos casos de acidente do trabalho com afastamento superior a 15 (quinze) dias as empresas deverão enviar cópia da comunicação do acidente (CAT) ao Sindicato dos Trabalhadores, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a emissão daquela comunicação;

B) Em se tratando de caso fatal, ocorrido nas dependências da empresa, a cópia deverá ser remetida ao Sindicato dos Trabalhadores, até um máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento;

C) Nos acidentes do trabalho com afastamento inferior a 15 (quinze) dias e naqueles sem afastamento, o sindicato deverá ser informado, mensalmente, de uma única vez, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

### 20ª - DESPESAS DE TRANSPORTE

Para execução de atividades externas por interesse da empresa, esta ficará responsável pela despesa de locomoção, caso não seja oferecido transporte próprio, excluindo-se os trabalhadores que, por força de sua atividade habitual, exerçam funções externas (Ex.: vendedores, cobradores, etc.).

### 21ª - APRENDIZES – SENAI

A) Será assegurado aos menores aprendizes do SENAI, durante o período de aprendizagem, a aplicação do salário normativo da categoria nos percentuais definidos em lei;

B) Ao empregado egresso do SENAI e portador de diploma, existindo vaga na empresa, será dada preferência no aproveitamento. Nessa hipótese, as anotações de função na CTPS e na ficha de registro de empregado deverão estar relacionadas com a função habilitada. Caso não exista vaga, poderá ser aproveitado em função compatível, a qual deverá ser devidamente anotada.

### 22ª - TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

Se a empresa trabalhar em regime de turnos ininterruptos, à base de revezamento, ficará subordinada à jornada de trabalho prevista no artigo 7º item XIV, da Constituição Federal, somente naqueles setores abrangidos pela exigência.

Se ocorrer a hipótese de negociação coletiva, referida no artigo 7º item XIV, a mesma implicará na participação do Sindicato Profissional.

### 23ª - ABONO DE FALTA DE ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos dias de exame, desde que em estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, pré-avisado o empregador com mínimo de 72 (setenta e duas) horas e comprovação posterior. Não estão abrangidas pelo abono, as faltas destinadas aos processos de verificação de aprendizagem através de avaliações.



#### **24ª - ESTUDANTE - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho dos estudantes terá o seu horário final reduzido em 30 (trinta) minutos diários, desde que esteja ele matriculado em estabelecimento de ensino oficial autorizado ou reconhecido e comprove haver necessidade para esse fim.

#### **25ª - ERROS DE PAGAMENTO**

As empresas pagarão aos empregados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação pelo empregado, as eventuais diferenças consignadas na folha de pagamento, sob pena de arcar com multa estabelecida na cláusula nº 60.

#### **26ª - CONTRATOS DE EXPERIÊNCIA**

O contrato de experiência terá a duração máxima de 90 (noventa) dias, exceto para os cargos de supervisão, gerência ou chefia.

**Parágrafo Único:** Não será celebrado o contrato de experiência nos casos de readmissão de empregados para a mesma função anteriormente exercida, bem como, para os casos de admissão de pessoas que estejam prestando serviços na mesma função como mão-de-obra temporária, e cuja duração tenha correspondido a um mínimo de 90 (noventa) dias.

#### **27ª - MARCAÇÃO DO CARTÃO DE PONTO NOS HORÁRIOS DE REFEIÇÃO**

A) As empresas poderão dispensar os empregados da marcação de ponto nos horários de início e término do intervalo de refeição, desde que os empregados não se ausentem da empresa.

B) Para tal fim, deverão ser observados os termos da Portaria nº 3082, de 11.04.84, especificamente no que diz respeito à anotação no cartão de ponto, do horário destinado à refeição/descanso.

#### **28ª – TOLERÂNCIA**

Ressalvadas as condições mais vantajosas, os atrasos injustificados ao trabalho durante o mês, desde que, no total, não sejam superiores a 40 (quarenta) minutos, não acarretarão perda salarial, nem desconto do DSR correspondente.

#### **29ª - AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, o empregado poderá faltar ao serviço, desde que comprove o motivo determinante por documento hábil, e pelo número de horas indispensáveis, sem sofrer prejuízo salarial, para acompanhamento de esposa ou companheira e de filho menor de 14 anos de idade, no dia destinado à internação dos mesmos.

No caso de falecimento de sogro ou sogra legalmente reconhecidos, também se admitirá a ausência do empregado no dia do fêretro, sem perda da remuneração e do repouso semanal remunerado, desde que exiba o atestado de óbito correspondente.





### **30ª - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Os atestados médicos e odontológicos passados por facultativo do Sindicato Profissional, se este tiver Convênio firmado com o INSS, serão reconhecidos somente por aquelas empresas que não tenham convênio com empresas médico-odontológicas, ou que não possuam tais serviços permanentemente por sua própria conta.

**Parágrafo Único:** Os atestados que retratem casos de urgência médica, serão reconhecidos sempre.

### **31ª - RECEBIMENTO DO PIS**

Recomenda-se às empresas, que, por ocasião da entrega da RAIS, indiquem o banco e respectiva agência, para pagamento do PIS, aos seus empregados. Quando para este recebimento for necessária a ausência do empregado durante o expediente normal de trabalho, a ausência será justificada até o limite máximo de 4 (quatro) horas, garantidas as condições mais favoráveis já existentes. Se o empregado se ausentar por tempo superior ao ora previsto, a falta será considerada para o desconto das horas não trabalhadas, excedentes das quatro horas concedidas, sem prejudicar o pagamento do DSR, das férias e do 13º salário.

As empresas procurarão adotar o sistema de pagamento do PIS no próprio local de trabalho.

### **32ª - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES**

As empresas fornecerão aos sindicatos representativos da categoria profissional, até 28 de outubro de 2018, as informações relativas à mão de obra operacional do estabelecimento fabril da base territorial, contidas na RAIS entregue em 2017.

As informações, supra, poderão ser fornecidas através de suporte magnético, mediante entendimento prévio com o sindicato representativo da categoria profissional.

A presente cláusula não está sujeita a cobrança da multa estipulada na cláusula 59ª (multas) desta convenção.

### **33ª – ASSISTÊNCIA A RESCISÃO**

No ato da assistência a rescisão do contrato de trabalho, a empresa fica obrigada a apresentar as 6 (seis) últimas guias de recolhimento do FGTS devido.

### **34ª - LICENÇA MATERNIDADE**

De acordo com o art. 7º, inciso XVIII da Constituição Federal, a licença maternidade da empregada gestante será de 120 (cento e vinte) dias, os quais serão contados a partir da data do afastamento determinado pelo médico.



### **35ª - LICENÇA PATERNIDADE**

De acordo com o art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 1º do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a licença paternidade será de 5 (cinco) dias corridos, contados desde a data do parto, neles incluído o dia previsto no inciso III, do art. 473, da CLT.

### **36ª - ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO**

Todo o empregado, admitido na empresa, terá sua Carteira de Trabalho, anotada no prazo máximo de 48 horas e os respectivos documentos devolvidos em 72 horas.

### **37ª - FORNECIMENTO DE EXTRATO DE F.G.T.S.**

As empresas entregarão aos empregados o extrato da conta vinculada do FGTS, desde que recebido do Agente Operador do Fundo, prevalecendo, no entanto, as normas estabelecidas na Resolução CC/FGTS nº 78 de 09 de julho de 1992 (DOU 21/08/92), bem como afixarão, no quadro de avisos, cópia da guia de recolhimento das contribuições.

### **38ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

Fornecimento obrigatório pelo empregador, de comprovante de pagamento com a discriminação das importâncias pagas, horas trabalhadas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e o recolhimento do FGTS.

### **39ª - REEMBOLSO CRECHE**

#### **2017 a 2018**

Independentemente do disposto no parágrafo 2º do art. 389, da CLT, as empresas se comprometem a pagar às empregadas mães, e até que seu filho complete 12 (doze) meses de idade, um reembolso das despesas que a mesma tiver, no caso de utilização de creche de sua escolha, ou pessoas físicas (babás) para a guarda de seu filho até o limite mensal R\$ 327,11 (trezentos e vinte e sete reais e onze centavos).

#### **2018 a 2019**

Independentemente do disposto no parágrafo 2º do art. 389, da CLT, as empresas se comprometem a pagar às empregadas mães, e até que seu filho complete 12 (doze) meses de idade, um reembolso das despesas que a mesma tiver, no caso de utilização de creche de sua escolha, ou pessoas físicas (babás) para a guarda de seu filho até o limite mensal R\$ 333,65 (trezentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Tal obrigação existirá somente no caso de as empregadas mães apresentarem a certidão de nascimento do filho e a partir desse momento, além dos comprovantes mensais das despesas efetuadas (Notas Fiscais) e no caso de pessoa física, comprovantes contabilmente aceitos (recibos onde conste o endereço completo, o CIC e o RG). A empresa estará desobrigada de cumprir a presente cláusula se não forem preenchidas as condições ora estipuladas e também no caso manter creche própria.





**Parágrafo único:** O reembolso creche, objeto desta cláusula, não integra, para qualquer efeito, o salário da empregada e será corrigido no mesmo prazo pelos mesmos percentuais que forem reajustados os salários dos empregados em geral.

#### **40ª - UNIFORMES E FERRAMENTAS**

**A)** Fornecimento aos empregados das ferramentas necessárias ao desempenho de suas funções;

**B)** Fornecimento gratuito aos empregados de uniforme e calçados especiais, quando exigidos pelo empregador ou por exigência legal;

**C)** As empresas que exigirem dos seus empregados a utilização de suas próprias ferramentas em serviço, deverão fazê-lo por escrito e lhes pagarão ao término do mês, sob a forma de ajuda de custo, a importância equivalente a 10% (dez por cento) do piso da categoria em vigor, a título de depreciação do ferramental utilizado. O percentual de 10% (dez por cento) será calculado proporcionalmente ao número de dias de uso desse ferramental, durante o mês.

#### **41ª - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

As empresas deverão preencher a documentação exigida pelo INSS, quando solicitadas pelo empregado, e fornecê-la nos seguintes prazos máximos:

**A)** De 5 (cinco) dias úteis, contados da data de solicitação, nos casos de obtenção de benefício por auxílio-doença. Se ocorrer solicitação do INSS para apresentação do AAS, a empresa o concederá no prazo máximo de 48 horas;

**B)** De 7 (sete) dias úteis, contados da data da solicitação, nos casos de aposentadoria e abono de permanência em serviço;

**C)** Para fins de obtenção de aposentadoria especial, a empresa terá 15 (quinze) dias para a entrega do formulário específico, exigido pelo INSS, nesses casos.

#### **42ª - ALTA MÉDICA**

Na hipótese de recusa pela empresa, por escrito, de alta médica, concedida pelo INSS, fica a mesma obrigada a pagar o salário dos dias não cobertos pela Previdência Social, contidos entre o reencaminhamento e a confirmação da alta pelo INSS.

#### **43ª – CIPAS**

**A)** Nas empresas com 20 (vinte) ou mais empregados, será constituída a COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA;

**B)** A eleição será feita sem a constituição de chapas realizando-se o pleito através de votação de lista única, contendo os nomes de todos os candidatos;



C) As empresas convocarão eleições para as CIPAS com 30 dias de antecedência da data de sua realização, dando publicidade ao ato e enviando imediatamente cópia ao Sindicato da categoria profissional;

D) Todo o processo eleitoral e respectiva apuração será fiscalizada pela CIPA em exercício, excetuados os empregados que se candidatarem à reeleição;

E) Após a realização das eleições será o Sindicato comunicado do resultado indicando-se os eleitos e os respectivos suplentes;

F) Fica garantida aos componentes da CIPA, em conjunto ou separadamente, 1 (uma) hora por semana, dentro do período normal de trabalho, para realização de inspeções relativas à higiene e segurança do trabalho, no âmbito da empresa;

G) As empresas enviarão mensalmente ao Sindicato Profissional signatário, cópia da ata de reunião mensal da CIPA;

H) O sindicato representativo dos empregados encaminhará planilha às empresas do setor, até 28.09.2018 para ser preenchida com dados referentes as CIPAS respectivas. As planilhas devidamente preenchidas serão devolvidas até 30 de outubro de 2018.

I) As empresas deverão promover curso sobre prevenção de acidentes do trabalho, para os membros da CIPA, na forma estipulada no subitem 5.21, da NR, nº 5, da Portaria nº 3214/78;

J) O descumprimento do disposto em quaisquer dos itens "A" a "D" da presente cláusula, ensejará a realização de nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da anulação.

#### 44ª - EXAME MÉDICO

As disposições concernentes a exame médico do trabalhador serão observadas pelas empresas, de acordo com os critérios estabelecidos na Norma Regulamentadora - NR nº 7, bem como os preceitos do art. 168 da CLT, com a nova redação dada pela Lei nº 7855, de 24.10.89.

#### 45ª - DESPESAS DE REFEIÇÃO (REEMBOLSO)

##### 2017 a 2018

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, e a partir de 01 de junho de 2017, se o empregado prestador de serviços internos for convocado para prestá-lo fora da empresa, em desempenho de serviço externo, a empresa fará o reembolso contra comprovante, até o valor de **R\$ 21,00 (vinte e um reais)** das despesas de refeição que o mesmo tiver. Esta cláusula somente abrangerá aqueles empregados que tenham eventualmente de deixar os serviços internos para desempenhá-los em locais externos, em horário que alcance o intervalo da refeição. Não atinge aqueles empregados que, por habitualidade ou por condições contratuais tácita ou expressamente estabelecidas e inerentes à peculiaridade de seu trabalho, desempenhem os seus serviços também externamente, exceto motoristas, ajudantes e montadores.



### 2018 a 2019

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, a partir de 01 de junho de 2018, se o empregado prestador de serviços internos for convocado para prestá-lo fora da empresa, em desempenho de serviço externo, a empresa fará o reembolso contra comprovante, até o valor de R\$ 21,42 (vinte e um reais e quarenta e dois centavos) das despesas de refeição que o mesmo tiver. Esta cláusula somente abrangerá aqueles empregados que tenham eventualmente de deixar os serviços internos para desempenhá-los em locais externos, em horário que alcance o intervalo da refeição. Não atinge aqueles empregados que, por habitualidade ou por condições contratuais tácita ou expressamente estabelecidas e inerentes à peculiaridade de seu trabalho, desempenhem os seus serviços também externamente, exceto motoristas, ajudantes e montadores.

**Parágrafo Primeiro:** O valor de que trata a cláusula será corrigido no mesmo prazo e pelos mesmo percentuais que forem reajustados os salários dos empregados em geral.

**Parágrafo Segundo:** Quando as empresas fornecerem aos seus empregados qualquer modalidade de vale-refeição, haverá apenas o pagamento da diferença entre o valor do reembolso e o valor facial do vale-refeição, se for o caso.

### **46ª - ENFERMEIRO OU MÉDICO**

As empresas estão obrigadas, atendendo o grau de risco e número de empregados, a manter médico do trabalho e enfermeiro do trabalho, de acordo com as disposições constantes na Norma Regulamentadora - NR nº 4.

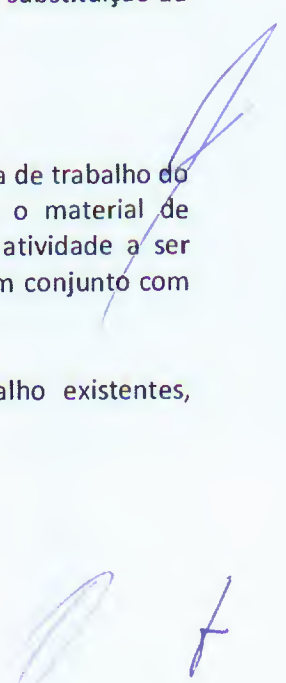
### **47ª - CONVÊNIO MÉDICO**

Vencidos os primeiros 12 (doze) meses de vigência do convênio médico e havendo denúncia escrita de 85% (oitenta e cinco por cento) dos empregados, pelo menos, contra a qualidade dos serviços da empresa médica conveniente, caberá ao empregador adotar as medidas necessárias à imediata solução das denúncias feitas e, se for o caso, à substituição da empresa médica.

### **48ª - MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

A) Nos ambientes onde haja perigo ou risco de acidente, o primeiro dia de trabalho do empregado será destinado, parcial ou integralmente, a treinamento com o material de proteção individual (E.P.I.) e conhecimento daquelas áreas, bem como da atividade a ser exercida, e os programas de prevenção desenvolvidos na própria empresa, em conjunto com um elemento da CIPA, pelo menos.

B) As empresas se obrigam a aperfeiçoar as condições de trabalho existentes, obedecendo as Normas Regulamentadoras - NR's em vigor.





#### **49ª - AUTOMAÇÃO E DESEMPREGO**

Na automação dos meios de produção, com a implantação de novas técnicas, as empresas se dispõem a promover treinamento para que seus funcionários adquiram melhor qualificação em seus novos métodos de trabalho.

#### **50ª - VALE-TRANSPORTE**

A) Ficam as empresas alertadas de que deverão cumprir a legislação referente ao vale-transporte (Lei nº 7418 de 16/12/85, com a redação dada pela Lei nº 7619 de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 16/11/87)

B) Para atendimento das disposições supra poderão as empresas, a seu critério, creditar o valor correspondente através da folha de pagamento ou em dinheiro, até o prazo previsto na cláusula 10ª (Data de Pagamento dos Salários).

Na superveniência de aumento de tarifas após o pagamento, as empresas efetivarão a competente complementação, em 5 (cinco) dias úteis.

A importância paga sob este título não tem caráter remuneratório ou salarial.

#### **51ª - ÁGUA POTÁVEL**

As empresas ficam obrigadas a fornecer água potável aos seus empregados, devendo providenciar, anualmente, a limpeza das caixas d'água.

#### **52ª - CARTA DE REFERÊNCIA**

Desde que o empregado solicite, a empresa lhe fornecerá carta de referência da qual deverá constar, no mínimo, a indicação do período trabalhado.

#### **53ª - CARTA AVISO DE DISPENSA**

O empregado dispensado sob alegação de prática de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito e contra-recibo, esclarecendo-se os motivos da dispensa.

#### **54ª – DESCONTO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS PARA O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS – SINDIMAD**

Considerando o disposto no artigo 8º da Constituição Federal, as empresas do setor enquadradas ao SINDIMAD – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO e abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão recolher a Contribuição Assistencial necessária à manutenção das atividades sindicais, a ser recolhida em 02 (duas) parcelas, sendo o primeiro pagamento em 25/10/2018 e o segundo pagamento em 25/11/2018, de acordo com os valores abaixo.





NUMERO DE EMPREGADOS	VLRS. DE CADA PARCELA (25/10/18 E 25/11 /18)
0-10	R\$ 132,00
11-30	R\$ 269,00
31-50	R\$ 427,20
51-150	R\$ 526,04
151-300	R\$ 853,30
Acima de 300	R\$ 1.051,00

O recolhimento da Contribuição Assistencial, acima citada, tem caráter facultativo, para as empresas não associadas ao Sindimad.

Os recolhimentos se farão no Banco BRADESCO S/A, em conta vinculada sem limite, aberta em nome do Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas no Estado de São Paulo – SINDIMAD, mediante guias próprias que serão fornecidas pelo Sindicato e nas quais constará o número da conta e agência, revertendo o valor dos depósitos para fins sociais e manutenção da sede.

O não recolhimento das contribuições acima previstas, nas datas mencionadas, acarretará às empresas o pagamento de multa de 10% (dez por cento) a favor do Sindicato Patronal, acrescido de 1% (um por cento) ao mês de juros.

#### 55ª - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão as mensalidades do sindicato diretamente do salário de seus empregados associados deste, comprometendo-se a apontar o desconto no correspondente demonstrativo de pagamento. O valor dos descontos das mensalidades serão pagos pelas empresas e recolhidos ao sindicato beneficiado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao competente para desconto. Desde que o Sindicato indique por escrito uma entidade bancária para fins do recolhimento supra, deverá fazer esta comunicação com antecedência de 15 (quinze) dias, além de fornecer as guias competentes e os recibos das mensalidades às empresas. Estas, por sua vez, farão os recolhimentos bancários até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao competente para o desconto.

**Parágrafo Primeiro:** O Sindicato profissional deverá entregar às empresas, semestralmente ou quando necessários, a relação de descontos a serem efetuados.

**Parágrafo Segundo:** O não recolhimento das mensalidades devidas, após o 3º dia do vencimento do prazo e até o 10º dia, ensejará a cobrança pelo Sindicato Profissional de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do recolhimento devido. Após o 10º dia do vencimento, será devida multa de 10% (dez por cento) ao mês, sobre o valor do recolhimento, além da correção do valor pela Taxa Referencial Diária (TRD), ou outro indexador que venha a substituí-la.

#### 56ª - CONTATOS COM A EMPRESA

O dirigente sindical no exercício de sua função, desejando manter contato com a empresa, terá garantido o atendimento pelo representante que a empresa designar.



O dirigente sindical poderá fazer-se acompanhar de assessor, quando o assunto a ser exposto referir-se a segurança e medicina do trabalho.

#### **57ª - PREENCHIMENTO DE VAGAS**

A) As empresas darão preferência ao remanejamento interno de seus empregados em atividade, para preenchimento de vagas de níveis superiores;

B) As empresas poderão utilizar o balcão de emprego do Sindicato representativo da categoria profissional;

C) As empresas, sempre que possível, darão preferência à readmissão dos ex-empregados.

#### **58ª - PAGAMENTO DE SALÁRIOS POR CHEQUE OU BANCO**

As empresas que efetuam o pagamento de salário/vale, através de depósitos bancários e/ou cheques, deverão proporcionar aos empregados tempo hábil para recebimento no banco, nos dias de pagamento, dentro da jornada de trabalho e do horário bancário, excluindo-se os horários de refeição, sem prejuízo nos salários dos empregados, sem necessidade de compensação, mantidas as demais condições da Portaria nº 3281/84, do Ministério do Trabalho.

#### **59ª - SERVIÇO MILITAR**

Garantia de emprego e salário ao empregado em idade de prestação de serviço militar (inclusive Tiro de Guerra), desde o alistamento até a incorporação e nos 30 (trinta) dias após o desligamento, salvo nos casos de resolução contratual por justa causa, rescisão unilateral do contrato por iniciativa do empregado, e rescisão bilateral do contrato.

#### **60ª – MULTAS**

Multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo vigente, por empregado, no caso de descumprimento de qualquer cláusula das obrigações de fazer constante nesta Convenção, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada.

Em caso de necessidade de ação judicial para recolhimento da multa prevista nesta cláusula, a mesma será devida em dobro.

**Parágrafo Primeiro:** Antes de quaisquer outras medidas o sindicato profissional deverá encaminhar notificação à empresa, apontando a irregularidade e concedendo-lhe 30 dias para normalizar a situação.

**Parágrafo Segundo:** Não se enquadram na exigência do parágrafo 1º, as seguintes cláusulas desta Convenção: 10ª Data de Pagamento dos Salários, 11ª Adiantamento de Salário (vale) e 55ª Mensalidade Sindical.





**Parágrafo Terceiro:** Para evitar dupla incidência estão excluídas desta cláusula aquelas que já possuam cominações legais ou específicas de multa.

#### **61ª - CONVOCAÇÃO DE DIRETOR DO SINDICATO**

O Sindicato Profissional poderá convocar os diretores eleitos que estiverem trabalhando, até o limite de 2 (dois) dias de liberação por mês, obrigando-se as empresas a remunerar os dias e o descanso semanal correspondente, desde que atendidos os requisitos seguintes:

**A)** Quando a empresa tiver mais de um diretor eleito a convocação será de um único deles;

**B)** A convocação jamais poderá ocorrer nos 7(sete) dias que antecedem o início do período de férias;

**C)** O presidente do Sindicato Profissional deverá fazer a convocação, obrigatoriamente, por escrito, e com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sem o que a mesma não terá validade.

#### **62ª - VÉSPERA DE APOSENTADORIA**

**A)** Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos, e que contem com um mínimo de 5 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentarem-se;

**B)** Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 18 (dezoito) meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos, e que contem com mais de 10 (dez) anos de trabalho na mesma empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentarem-se;

**C)** Caso o empregado dependa de documentação para comprovação de tempo de serviço, terá 30 (trinta) dias de prazo a partir da dispensa, no caso de aposentadoria simples e de 60 (sessenta) dias no caso de aposentadoria especial;

**D)** Inexistindo justa causa, o contrato de trabalho destes empregados somente poderá ser rescindido por mútuo acordo entre empregado e empregador ou por pedido de demissão, ambos com assistência do respectivo sindicato da categoria.

#### **63ª - GARANTIA DE EMPREGO A GESTANTE**

**A)** Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto;

**B)** Se rescindido o contrato de trabalho, a empregada deverá, se for o caso, avisar o empregador do seu estado de gestação, devendo comprová-lo dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da notificação da dispensa.



Nos casos de gestação atípica, não revelada, esse prazo será estendido para 90 (noventa) dias devendo tal situação ser comprovada por atestado médico;

C) A empregada gestante não poderá ser despedida, a não ser por razão de falta grave, ou por mútuo acordo entre a empregada e o empregador, com a assistência do respectivo sindicato representativo da categoria profissional;

D) No caso de rescisão do contrato de trabalho, por iniciativa do empregador, o aviso prévio legal, previsto nesta Convenção, não poderá ser incorporado no prazo estipulado nesta garantia;

E) Em casos excepcionais, mediante atestado médico, na forma do parágrafo 4º, do artigo 392, da CLT, a mulher grávida poderá mudar de função, atestando exigência de ordem física.

#### 64ª - LICENÇA A ASSOCIADO DO SINDICATO

Os empregados associados do sindicato serão liberados para participação em cursos ou seminários, até 08 (oito) dias por ano, desde que comprovada a participação e seja pré-avisada a empresa, por escrito, pelo sindicato profissional, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a saber:

- A) Empresas com até 10 empregados, estão isentas;
- B) Empresas de 11 a 50 empregados, um funcionário associado;
- C) Empresas de 51 a 150 empregados, dois funcionários associados;
- D) Empresas de 151 a 400 empregados, três funcionários associados;
- E) Empresas acima de 400 empregados, quatro funcionários associados.

**Parágrafo Único:** Nos casos das letras "C", "D" e "E", desta cláusula, as licenças não poderão, em nenhuma hipótese, ser concomitantes, dentro de um mesmo setor de trabalho.

#### 65ª - CLAUSULA- UTILIZAÇÃO DO QUADRO DE AVISOS

O Sindicato dos Trabalhadores utilizará um quadro de avisos fornecido pela empresa, em local de fácil acesso e visibilidade, para afixação de comunicados, informações e convocações, bem como receptor para boletins.

**Parágrafo Único:** Todo o material a ser exposto no quadro de aviso, será previamente submetido ao conhecimento da empresa.





## 66ª – CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas descontarão mensalmente dos trabalhadores integrantes da categoria profissional e beneficiados pela aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos do art. 545 e inciso XXVI do art. 611 B da CLT, a título de contribuição para custeios das entidades laborais convenientes, os percentuais do salário descritos abaixo, repassando o valor correspondente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, através de boleto bancário a ser enviado pela entidade sindical respectiva, mediante a devida confirmação dos dados.

Parágrafo primeiro: A contribuição em questão não se confunde com a Contribuição Sindical e nem com a mensalidade associativa;

Parágrafo segundo: Os sindicatos laborais convenientes assumem inteira responsabilidade por qualquer pendência judicial ou extrajudicial decorrente da aplicação desta cláusula. Em caso de processo judicial contra o Sindicato patronal e/ou empresa do setor, pelo desconto da contribuição nos termos instituídos nesta cláusula, as entidades laborais convenientes assumirão defesa da causa na qualidade de litisconsorte passivo no processo judicial.

Parágrafo terceiro: Os sindicatos profissionais convenientes isentam o Sindicato Patronal e as empresas do setor de qualquer responsabilidade pelos descontos realizados.

Parágrafo quarto: Para efeito de recolhimento da contribuição, fica garantida a manifestação expressa dos trabalhadores envolvidos, sendo que o integrante da categoria profissional poderá exercer o seu direito de oposição a qualquer tempo, através de protocolo na sede ou sub sede da entidade laboral respectiva, até a data do efetivo desconto nos moldes previstos no *caput* desta cláusula. Na hipótese da sede ou sub sede da entidade laboral estar localizada a distância superior a 50 km (cinquenta quilômetros) lineares do local onde o empregado exerce suas atividades, ou ainda, caso a entidade laboral se negue a realizar o protocolo da oposição, o empregado poderá remeter sua oposição via correio, por meio de correspondência com aviso de recebimento (AR), diretamente ao endereço do sindicato laboral respectivo, servindo o comprovante como recebimento da oposição para todos os fins.

Parágrafo quinto: os escritórios contábeis apresentarão, mensalmente, lista atualizada de todos os funcionários contribuintes, indicado o valor do desconto.

Parágrafo sexto: As empresas e os empregados ficam isentas do recolhimento da contribuição ao Sindicato Profissional de junho de 2017 a maio de 2018.

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo – FETICOM-SP, Rua Gualachos, 41 – Aclimação, 01533-020- São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.505.252/0001-02. Contribuição da categoria para receita orçamentária da Federação de 1,0% (um por cento) ao mês, sobre os salários de todos os trabalhadores inorganizados em Sindicato, integrantes da categoria, de acordo com sua “AGE” realizada em 07 de dezembro de 2017, na sede da Federação em São Paulo, publicada no jornal “Agora São Paulo” de 24.11.2017, na página B 08.



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Araçatuba-SP, Praça São Joaquim, 132- Araçatuba, inscrito no CNPJ sob o nº 43.764.232/0001-29. Edital publicado no Jornal "O Liberal" da cidade de Araçatuba-SP, edição 20.04.2018, pag. D-3 do Caderno Classificados. A assembleia foi realizada no dia 24.04.2018 na sede do SITCM Araçatuba-SP, praça São Joaquim, 132; Contribuição Assistencial sobre salário de todos os trabalhadores do setor, associados ou não, de 1% ao mês, com teto de R\$ 30,00.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Barretos-SP, Av. 13, nº 826 - CEP 14.780-27- Barretos-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 44.790.806/0001-04. Edital de convocação publicado no jornal "Agora São Paulo" do dia 09.05.2018, quarta-feira pág. A13; A assembleia foi realizada no dia 23.05.2018, as 18:00 horas, no endereço AV 13, 826, Centro, Barretos; a contribuição aprovada na assembleia foi de 1% por mês e não incide sobre o 13º, sobre os salários de todos os integrantes da categoria profissional.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Campos do Jordão-SP, Av. Dr. Januário Miraglia, 1070- 12460.000-Campos do Jordão, inscrito no CNPJ sob o nº 46.748.901/0001-67. Edital publicado no jornal "A Tribuna", na Pág 5 de 9.04.2018. A assembleia foi realizada no dia 25.05.2018, na qual aprovou desconto de 1% da Assistencial, por mês, do salário de todos os integrantes da categoria profissional.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento de Capivari-SP, Rua Fernando de Barros, 648 - 13360-000 – Ca. pivari-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 54.155.759/0001-72. Edital de convocação publicado no jornal "Correio de Capivari", no dia 09.06.2018, na página 10; A assembleia foi realizada no dia 09.06.2018, as 14:00 horas, na Rua Barão do Rio Branco, 43, Centro, Capivari-SP. A contribuição assistencial/associativa foi aprovada na assembleia foi de 1% (um por cento), limitada até o valor R\$ 40,00 (Quarenta reais), excluindo o 13º (Décimo terceiro salário), por mes, sobre os salários de todos os integrantes da categoria profissional.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de CruzeiroSP, Rua Tulipas, 120 - Jardim Primavera –CEP: 12700-000 - CRUZEIRO-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 47.550.843/0001-25. Edital publicado no jornal: "A Notícia" de 06.04.2018, na Página: 03. A assembleia foi realizada no dia 11.04.2018, as 17hs. A AGE aprovou a Contribuição Assistencial de 1% ao mês, por mês, sobre o salário de cada trabalhador integrante da categoria profissional, para custeio da entidade sindical.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Franca-SP, Rua Floriano Peixoto, 1399- 14400-760 - FRANCA-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 47.984.646/0001-14. Edital de convocação publicado no Jornal Comercio da Franca, no dia 10.05.2018, na página.19A; A assembleia foi realizada no dia 23.05.2018, as 16:00 horas, na sede Rua Floriano Peixoto nº 1399, centro, Franca SP. A contribuição Assistencial, por mês, aprovada e fixada pela assembleia foi de 01% (Hum Por Cento), sobre os salários de todos os integrantes da categoria profissional.





Sindicato dos Trabs. nas Inds. da Construção Civil.,do Mobiliário e de Cerâmicas de Itatiba, inscrito no CNPJ nº 51.308.112-0001/45. O Edital de convocação foi publicado no jornal "Bragança Jornal Diário", no dia 15.05.2018, na página 07; A assembleia foi realizada no dia 22.05.2018, as 18 horas em segunda convocação, no endereço Rua Dom Aguirre, 237 – Centro – Bragança Paulista/SP. A contribuição Assistencial aprovada na assembleia foi de 1,5%, por mês, sobre os salários de todos trabalhadores associados da categoria profissional.

Sindicato dos Trabs. nas Inds. da Construção Civil.,do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região-SP, Rua Paula Souza, 30/44 - 13300-000- ITÚ-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 50.235.316/0001-30. Edital publicado no jornal "Agora São Paulo" de 20.04.2018, página B-8. A assembleia foi realizada no dia 27.04.2018, as 19:00 horas. A Contribuição assistencial aprovada na AGE foi de 1%, ao mês, sobre os salários de todos os trabalhadores sócios e não sócios para manutenção e custeio da entidade.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jacareí-SP, Rua João Américo da Silva,462 – 12308-660 - Jacareí-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 50.477.371/0001-37. Edital de convocação publicado no jornal "O vale", de 27.06.18, na página 06. A assembleia foi realizada no dia 27.06.18, as 16:00 horas, na Rua João Américo da Silva, N. 462, Jacareí/SP. A contribuição Assistencial aprovada na assembleia foi de 1%, por mes, sobre os salários, inclusive incide sobre o 13º, para todos os integrantes da categoria profissional.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Limeira-SP, Rua Piauí,315 - 13480-406 - Limeira-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 51.486.942/0001-62. O edital foi publicado no jornal "O Popular, na pag. b3. A assembleia foi realizada no dia 28.05.2018 as 17:00 horas, na Subsede do Sindicato, Av. 12, n.º 606, Rio Claro/SP. A contribuição assistencial aprovada na AGE foi de 1,5%, inclusive sobre o 13º salário, por mês, sobre os salários de todos os integrantes da categoria profissional.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Marília-SP, Rua Benjamin P. de Souza, 158 - 17506-140 - Marília-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 44.471.076/0001-70. Edital publicado no dia 03.05.2018, na página B06, do caderno "Vencer/Agora". Assembleia realizada no dia 04.05.2018, às 18;00 horas, na sede do Sindicato, sito à Rua 15 de Novembro, 2326 - bairro São Miguel - Marília/SP. A Contribuição Assistencial discutida e aprovada em assembleia foi de 1% (um por cento), por mês, sobre os salários de todos os trabalhadores integrantes da categoria, inclusive do 13º (décimo terceiro salário).

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção do Mobiliário e Montagem Industrial de Mirassol e Votuporanga-SP, Rua Rodrigues Alves, 20-31 - 15130-000 - Mirassol-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 51.847.812/0001-08. O Edital de convocação foi publicado no jornal Agora no dia 13.03.2018, na página A13. A assembleia foi realizada no dia 26.03.2018, as 20:00 horas, na Rua Rodrigues Alves, n.º 2031 - Centro, município de Mirassol/SP. A contribuição aprovada na assembleia foi de 1.5%, por mês, dos salários de todos os integrantes da categoria profissional.



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário e Montagem Industrial de Mococa-SP, Rua Professora Elisa Maia Norte, 30 - 13737-300 – Mococa-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 54.141.569/0001-04. Edital de Convocação: jornal “Gazeta do Rio Pardo”, Ano 109 Nº 2.916, do dia 23.06.2018, na página C-3. A assembleia foi realizada no dia 27.07.2018, as 19:00 h, segunda convocação, na sede social, Rua Prof.ª Elisa Maia Norte, 30, Conj. Hab. Dr. Gilberto Rossetti, Mococa/SP. A Contribuição Assistencial aprovada pela assembleia foi de 2% (dois por cento) ao mês, sobre os salários de todos os trabalhadores integrantes da categoria, inclusive sobre o 13º salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Cerâmica, de Refratários, da Construção Civil, de Estradas, de Terraplenagem, de Montagens Industriais e do Mobiliário de Mogi Guaçu-SP e Região, Trav. Américo L. Caveanha, 90 - 13840-000 – Mogi Guaçu-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 52.745.031/0001-75. O edital foi publicado no jornal “Agora” do dia 27.02.2018, na página “B-6”. A assembleia foi realizada no dia 14.03.2018, na cidade de Mogi Guaçu – SP, com os trabalhadores da categoria de Serraria e Carpintaria; A contribuição assistencial aprovada pela assembleia é de 1% (um por cento), por mês, do salário de todos os integrantes da categoria profissional, exceto do 13º salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ourinhos-SP, Av. Gastão Vidigal, 1132-19901.010 - Ourinhos-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 54.711.353/0001-29. Edital publicado no jornal “Folha de Ourinhos”, editais, de 28 e 29.04.2018. Foi aprovada pela assembleia realizada em 10.05.2018, a contribuição da categoria para receita orçamentária do Sindicato de 1,0%(um por cento), ao mês, sobre os salários de todos os trabalhadores integrantes da categoria.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Piracicaba, Rua José P. de Almeida, nº 295 – 13416-700 – Piracicaba-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 47.766.316/0001-52. O edital foi publicado no jornal “Diário Oficial do Município de Piracicaba”, edição de 27.04.2018, pag. Nº 6. A assembleia foi realizada no dia 03.05.2018, as 19:30 horas, em segunda convocação, na sede do Sindicato, Rua José Pinto de Almeida, 295 – Bairro dos Alemães, Piracicaba/SP – CEP 13.419-000. A assembleia aprovou o desconto da contribuição assistencial/associativa de 1,5%, por mês, sobre os salários de todos os integrantes da categoria profissional, exceto do 13º salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Presidente Prudente-SP, Rua Dr. Gurgel, 629 - 19015-140- PRESIDENTE PRUDENTE-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 55.354.575/0001-02. O edital foi publicado no jornal “O Imparcial” de 11.05.2018. A assembleia foi realizada no dia 17.05.2018. A assembleia aprovou contribuição para o custeio sindical de 1%, por mês, do salário dos trabalhadores integrantes da categoria, inclusive do 13º salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Registro-SP, Rua Paraná, 20 - 11900-000 - REGISTRO-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 57.739.815/0001-04. Edital de convocação publicado no jornal “Noticias do Vale”, de 19.07.18, na página 07; Assembleia foi realizada no dia 24.07.18, as 16:30 horas, na Rua Paraná, 20, centro, Registro/SP; A contribuição Assistencial aprovada na assembleia foi de 1%, por mes, sobre os salários de todos os integrantes da categoria profissional.

Sindicato dos trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário de Santo André,





Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra-SP, Rua General Glicério 413/432 – Centro – SANTO ANDRÉ SP. CNPJ: 575182760001-83. Edital publicado dia 16.04.2018, no Jornal Agora São Paulo, página “A5”. Foi realizada Assembleia no dia 20.04.2018, na Sub-Sede, na Rua Capitão José Gallo, 380 - Centro - Ribeirão Pires - CEP: 09400-080. A Contribuição Assistencial aprovada pela assembleia foi de 1,2% (um vírgula dois por cento), por mês, sobre os salários de todos os trabalhadores, integrantes da categoria.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Caetano / Solidariedade. Edital publicado no Jornal Imprensa ABC, de 07.04.2018, caderno política geral, na página 04. A assembleia foi realizada no dia 12-04-2018 às 16:30 horas, na sede Social do Sindicato, Rua Perrela, 278 - Bairro Fundação - São Caetano do Sul - SP. A contribuição Assistencial aprovada na assembleia foi de 1% do salário mensal de todos os trabalhadores associados e não associado, limitada até o valor 60,00, e incide sobre o 13º, para todos os integrantes da categoria profissional.

SINDICATO DOS TRABALHADORES INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Rua Tenente Manoel Pedro de Carvalho, 14-VL, Santa Helene, São José dos Campos-SP. CEP 12.209-060, Inscrito no CNPJ nº 51.610.939/0001-09. O edital foi publicado no jornal “O Vale” de 10.04.2018, na página 08, Caderno de Editais. A assembleia foi realizada no dia 20.04.2018, as 19:00 horas, em segunda convocação, na sede do Sindicato de São José dos Campos e na sub sede em Caraguatatuba. Os trabalhadores aprovaram na Assembleia o desconto do valor de R\$ 25,00, por trabalhador, a ser pago mensalmente, na vigência do acordo, sem incidir no 13º salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São José do Rio Preto-SP, Rua Tiradentes, 2534 - B. Vista – 15025-050 – São José do Rio Preto-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 60.000.510/0001-90. Edital Publicado no “Jornal D'Hoje”, de 16.06.2018, na pag. B-3. A assembleia foi realizada no dia 20.06.2018, as 18 horas, na Rua Tiradentes 2534 - Bairro Boa Vista, São José do Rio Preto/SP. A Contribuição Assistencial aprovada pela assembleia foi de 1% (um por cento), por mês, dos salários de todos os trabalhadores, integrantes da categoria, com teto máximo de R\$ 28,00, não incidindo sobre o 13º salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Montagens Industriais e Instalações Elétricas, da Construção de Estradas, Pavimentação e Terraplenagem, do Cimento, Cal e Gesso, de Produtos de Cimento, de Olarias e Cerâmicas e do Mobiliário de Sorocaba e Região. Rua Dr. Artur Martins, 153, 18035- 250 - Sorocaba-SP, inscrito no CNPJ sob o nº 71.849.194/0001-42. Contribuição Assistencial/Confederativa de 1% mensal a ser descontada, todo mês, do salário nominal de todos os Trabalhadores, associados ou não associados do Sindicato. Edital publicado no jornal “Agora São Paulo” do dia 27.01.2018, na página A 12. Assembleia realizada no dia 02.02.2018, as 18:00 horas, na Rua Dr. Arthur Martins, nº 153 – Sorocaba/SP.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE TAUBATÉ-SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 72.306.913/0001-41. O edital foi publicado no Jornal “Diário de Taubaté”, a fl 2-B, de 09 e 10.07.2018. A assembleia foi realizada no dia 26.06.2018, as 16: 00 horas, na Rua Coronel João Afonso, 294, centro, Taubaté /SP. A assembleia aprovou contribuição assistencial de 1%, ao mês, de todos os trabalhadores, integrantes da categoria, inclusive do 13º salário, para manutenção e custeio da entidade.



### **67ª SINDICALIZAÇÃO**

Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados, as empresas colocarão à disposição do sindicato representativo da categoria profissional, duas vezes por ano, local e meios para esse fim.

Os períodos serão convencionados de comum acordo pelas partes e a atividade será desenvolvida no recinto da empresa, fora do ambiente de produção e, preferencialmente, nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho.

### **68ª - MUDANÇA/TRANSFERÊNCIA DE ENDEREÇO**

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão no prazo de 30 (trinta) dias, informar ao Sindicato Patronal e Profissional, quando for o caso, o novo endereço de sua atividade econômica.

### **69ª - APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL**

Os Sindicatos participantes desta Convenção Coletiva de Trabalho, em conjunto, envidarão esforços no sentido de que o SENAI avalie a possibilidade de transferir recursos financeiros (repassados dos recolhimentos compulsórios das empresas) para a implementação da Escola de Aperfeiçoamento Profissional do Sindicato dos Trabalhadores.

**Parágrafo Primeiro;** As partes se comprometem a avaliar a disponibilidade de funcionários para a frequência aos cursos que forem implantados pela Escola acima referida, após sua efetiva instalação;

**Parágrafo Segundo;** Recomenda-se as empresas doar máquinas e/ou equipamentos, novos ou em bom estado de conservação, ao sindicato profissional para a instalação da escola de aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores do setor.

### **70ª - DIA DE SÃO JOSÉ**

Recomenda-se às empresas comemorar o dia 19 de março, data consagrada ao padroeiro dos Trabalhadores.

### **71ª - CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS**

#### **2017 a 2018**

**A)** As empresas deverão optar e conceder um desses benefícios aos seus empregados: fornecimento de cesta básica (30kg.), refeição (alimentação) ou ticket- alimentação, este no valor de R\$ 184,99 (cento e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos) por mês;

#### **2018 a 2019**

**A)** As empresas deverão optar e conceder um desses benefícios aos seus empregados: fornecimento de cesta básica (30kg.), refeição (alimentação) ou ticket- alimentação, este no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês;





B) O benefício não será cumulativo e a empresa que já fornece algum deles fica desobrigada dos demais, porém se o custo atualmente despendido for maior que o montante acima, não poderá ser reduzido.

C) As empresas que já adotaram critério para a distribuição da cesta e/ou já fornecem alimentação poderão continuar a observá-lo, inclusive, cobrança de valor por custo subsidiado, sendo que, neste caso só poderá fazê-lo no valor que superar percentualmente os parâmetros mínimos da gratuidade estipulados na letra "A";

D) Aquelas que optarem e concederem o benefício da cesta básica poderão excluir da concessão o empregado que tiver falta injustificada no respectivo mês;

E) A alimentação (refeição) e/ou o ticket-alimentação destinam-se aos dias de efetivo trabalho e não se aplicam nos repousos (folgas e feriados) nem por ocasião do gozo das férias e nas ausências do empregado;

F) No caso de afastamento do empregado em benefício previdenciário, a empresa que conceder a cesta básica continuará a fazê-lo, enquanto o mesmo perdurar, até o limite de 60 (sessenta) dias contado do início do afastamento;

G) A empregada gestante fará jus à cesta básica, também, no período de afastamento (licença-maternidade);

H) Ficam ressalvadas condições mais favoráveis porventura já praticadas pelas empresas;

I) O valor econômico de qualquer um desses benefícios não integrará o salário do empregado para qualquer outro fim, seja na remuneração, para depósitos do FGTS nem integrará o salário para fins previdenciários, independente da cobrança ou não de algum valor que seja realizado por empresa que já concede algum desses benefício.

J) A composição dos produtos da cesta básica a ser fornecida (30 kg.) deverá observar:

- 15 kg.de arroz
- 04 kg.de feijão
- 03 latas de óleo
- 02 pacotes de macarrão (500gr.)
- 02 kg. de açúcar
- 01 pacote de café (500gr.)
- 01 kg. de sal
- 01 pacote de farinha de mandioca (500gr.)
- 01 kg. de farinha de trigo
- 01 pacote de fubá (500gr.)
- 02 latas de extrato de tomate (140gr.)
- 02 latas de sardinha em conserva (135gr.)
- 01 lata de salsicha (180gr.)
- 01 pacote de tempero completo (200gr.)
- 01 pacote de biscoito doce (200gr.)
- 01 lata de goiabada (700gr.)



## **72ª - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho.

## **73ª – ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho tem abrangência para todos os municípios com base territorial contidas em Carta Sindical, abrangidas pela Federação e/ou Sindicatos Profissionais relacionados nesta Convenção Coletiva.

## **74ª - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial desta Convenção Coletiva de Trabalho fica subordinado as normas estabelecidas no artigo 615 da CLT.

## **75ª – CUMPRIMENTO**

As partes se comprometem a observar os dispositivos pactuados, ficando certo que a parte infratora incorrerá nas penalidades previstas nesta convenção e na legislação vigente.

## **76ª - DIFERENÇAS SALARIAIS – INCLUSÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO**

### **2017 a 2018**

As eventuais diferenças pretéritas de junho/17 a maio/18, decorrentes da aplicação das cláusulas da Convenção, constarão da folha de pagamento do **mês subsequente à assinatura da Convenção Coletiva** e serão pagas até a data legal de pagamento dos salários do referido mês, em até 04 (quatro) parcelas, a partir do salário do mês de outubro de 2018.

### **2018 a 2019**

As eventuais diferenças pretéritas dos meses de junho/julho e agosto, decorrentes da aplicação das cláusulas da Convenção, constarão da folha de pagamento do **mês subsequente à assinatura da Convenção Coletiva** e serão pagas até a data legal de pagamento dos salários do referido mês, em até 02 (duas) parcelas a partir do salário de outubro de 2018.

## **77ª - PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

Com o objetivo de implementar o disposto na Lei 10.101, de 19.12.2000, que regulamentou o artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal no que tange à participação nos Lucros e Resultados, a empresa, independente do número de empregados, deverá, até **31.12.2018**, perante o Sindicato Profissional, iniciar a negociação de Programa com metas e resultados referente ao exercício 2017/2018. Para tanto:

A) a partir do mês de setembro de 2018 e até 31.12.2018 as empresas deverão enviar correspondência ao Sindicato Profissional para formalizar o pedido de negociação de programa com metas e resultados;





B) a partir do comprovado recebimento do pedido o Sindicato Profissional terá o prazo de 30 (trinta) dias para enviar resposta escrita à empresa, designando uma primeira data para iniciar a negociação, sendo que no prazo máximo de 60 (sessenta) dias dessa data deverá se encerrar o processo de negociação.

C) a negociação se dará dentro dos limites da lei, com a participação do Sindicato de classe e da comissão escolhida;

D) durante o prazo acima fixado o Sindicato Profissional, mediante solicitação de seus representados, não estará impedido de convocar tais empresas para abrir o processo de negociação do PLR;

#### 2017 a 2018

E) o não cumprimento das obrigações acima estabelecidas implicará no pagamento de multa/PLR, por empregado, no valor de no **valor de R\$ 530,79 (quinhentos e trinta reais e setenta e nove centavos)**, revertida ao trabalhador prejudicado, devendo ser quitada junto com o salário de **novembro de 2018**; o valor terá caráter indenizatório, inclusive para efeito de incidência e tributação; para o pagamento da multa prevalecerá o critério da proporcionalidade na razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (catorze) dias aos empregados admitidos ou desligados no curso do ano;

#### 2018 a 2019

F) o não cumprimento das obrigações acima estabelecidas implicará no pagamento de multa/PLR, por empregado, no valor de no **valor de R\$ 541,40 (quinhentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)**, revertida ao trabalhador prejudicado, devendo ser quitada junto com o salário de **abril de 2019**; o valor terá caráter indenizatório, inclusive para efeito de incidência e tributação; para o pagamento da multa prevalecerá o critério da proporcionalidade na razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (catorze) dias aos empregados admitidos ou desligados no curso do ano;

G) a empresa que formalizar pedido ao Sindicato Profissional, mas não iniciar efetivamente a negociação na forma da letra "b" acima, incorrerá no pagamento da multa nos termos da letra "e" anterior; da mesma forma, caso seja iniciada, porém, por algum motivo não seja concluída a negociação, será assegurado ao trabalhador o pagamento da multa/PLR como prevê a letra "e" anterior;

H) ficam ressalvadas as condições mais favoráveis porventura existentes.



78ª – VIGÊNCIA

**2017 a 2018**

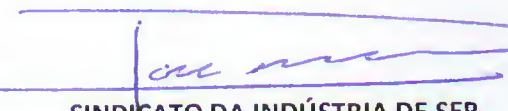
A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência por 12 (doze) meses, a partir de 01 de junho de 2017 e termo final em 31 de maio de 2018.

**2018 a 2019**

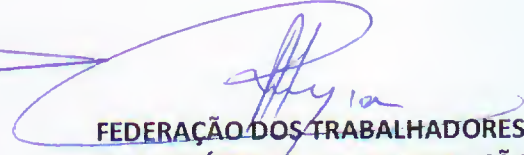
A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência por 12 (doze) meses, a partir de 01 de junho de 2018 e termo final em 31 de maio de 2019.

Por estarem justas e acertadas e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, comprometendo-se a promoverem o depósito de 01 (UMA) via da mesma da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO SRTE/SP.


São Paulo, 28 de setembro de 2018.



SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO  
JOSÉ ANTONIO BAGGIO  
PRESIDENTE  
CPF 282.815.608-78



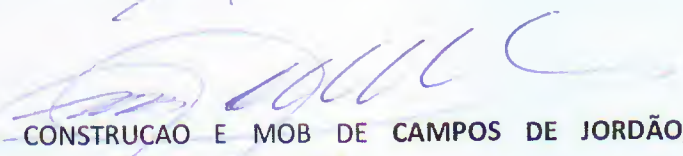
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ADEMAR RANGEL DA SILVA  
PRESIDENTE  
CPF 039.053.918-05




SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE ARAÇATUBA, representando a categoria profissional nas cidades de Andradina, Araçatuba, Avanhandava, Bento de abreu, Bilac, birigui, coroados, glicério, guararapes, mirandópolis, penápolis, pereira Barretos, promissão, rubiácea e valparaíso;



SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOBIL DE BARRETOS, representando a categoria profissional na cidade Barretos;



SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E MOB DE CAMPOS DE JORDÃO, representando a categoria profissional na cidade Campos de Jordão;







SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO, MOBILIARIO, CERAMISTAS, LADRILHOS, HIDRAULICOS E PRODUTOS DE CIMENTO DE **CAPIVARI**, representando a categoria profissional na cidade americana, Capivari, hortolândia, jandira, leme, nova odessa e Sumaré;

SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE **CRUZEIRO**, representando a categoria profissional na cidade cruzeiro;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND CONST MOB DE **FRANCA**, representando a categoria profissional nas cidades de cristais paulista, franca, jeriquara, pedregulho, restinga, ribeirão corrente, rifaina e são josé da bela vista;


SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE **ITATIBA**, Representando a categoria profissional na cidade cruzeiro de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Itatiba, Joanópolis, Morungaba, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Socorro.

SINDICATO DOS TRAB IND CONST MOBIL CER DE **ITU E REGIAO**, representando a categoria profissional nas cidades de boituva, cabreúva, cerquilho, cesário lange, conchas, elias fausto, guareí, indaiatuba, itapetininga, itu, laranjal paulista, mombuca, monte mor, pereiras, porto feliz, quadra, rafard, tatuí e Tietê;


SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE **JACAREÍ**, representando a categoria profissional na cidade de Jacareí;

SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE **LIMEIRA**, representando a categoria profissional nas cidades de cordeirópolis, corumbataí, mogi mirim, rio claro e santa Gertrudes;


SINDICATO TRAB INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E MOB DE **MARILIA**; representando a categoria profissional nas cidades de Marília;



SINDICATO DOS TRABALHADORES INDS CONST MOBIL M IND MIRASSOL E VOTUPORANGA, representando a categoria profissional nas cidades de bálsamo, floreal, jaci, macaubal, magda, mirassol, mirassolândia, monções, monte aprazível, neves paulista, nhandeara, nipoã, poloni, sebastianópolis do sul, tanabi, união paulista e Votuporanga;




SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST MOB MONT INDL DE MOCOCA, representando a categoria profissional nas cidades de caconde, divinópolis, itobi, Mococa, são José do rio pardo, são sebastião da grama e tapiratiba;



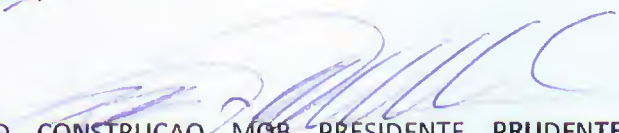
SINDICATO TRAB.IND.CER.REFR.CONSTR.CIVIL ESTRADAS TERRAPL.MONTS.INDS.E DO MOB.DE MOGI-GUACU E REGIÃO, representando a categoria profissional nas cidades de aguai, águas da prata, águas de lindóia, artur nogueira, conchal, engenheiro coelho, espírito santo do pinhal, holambra, itapira, lindóia, mogi guaçu, monte alegre do sul, pedreira, santo antônio de posse, santo antônio do jardim, são joão da boa vista e serra negra;



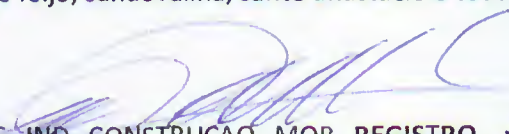
SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB OURINHOS, representando a categoria profissional na cidade de Ourinhos;



SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB PIRACICABA, representando a categoria profissional na cidade de piracicaba;



SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB PRESIDENTE PRUDENTE, representando a categoria profissional nas cidades de alfredo marcondes, caiuá, estrela do norte, iepê, indiana, marabá paulista, martinópolis, narandiba, paraguaçu paulista, piquerobi, pirapozinho, presidente bernardes, presidente epitácio, Presidente Prudente, presidente venceslau, quatá, rancharia, regente feijó, sandovalina, santo anastácio e teodoro Sampaio;



SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB REGISTRO, representando a categoria profissional nas cidades de barra do turvo, cajati, cananéia, eldorado, iguape, ilha comprida, jacupiranga, juquiá, miracatu, pariquera-açu, Registro e sete barras;





SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA, representando a categoria profissional nas Cidades de Mauá, Ribeirão Pires e Santo André;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO CAETANO/SOLIDARIEDADE, representando a categoria profissional nas cidades de Adamantina, Bernardino de campos, Fartura, Florida Paulista, Ipaussu, Lucélia, Manduri, Mariápolis, Pacaembu, Pirajú, Santa Cruz do Rio Pardo e São Caetano do Sul.

SINDICATO DOS TRABALHADORES INDÚSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, representando a categoria profissional nas cidades de Caraguatatuba, paraibuna, são josé dos campos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, representando a categoria profissional nas cidades de adolfo, álvaes florence, américo de campos, ariranha, bady bassitt, buritama, cardoso, catanduva, cedral, cosmorama, estrela d'oeste, fernandópolis, guapiaçu, ibirá, icém, itajobi, jales, josé bonifácio, mendonça, meridiano, nova aliança, nova granada, novo horizonte, onda verde, orindiúva, palestina, paulo de faria, pindorama, pontes gestal, potirendaba, riolândia, santa adélia, santa fé do sul, são josé do rio preto, tabapuã, uchoa e valentim gentil;

SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO CIVIL, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM, DO CIMENTO, CAL E GESSO, DE PRODS DE CIMENTO, DE OLARIAS E CERÂMICAS E DO MOB DE SOROCABA E REGIÃO, representando a categoria profissional nas cidades de araçoiaba da serra, piedade, salto de pirapora, sorocaba e votorantim.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE TAUBATÉ-SP, representando a categoria profissional na cidade de Caçapava, Pindamonhangaba, Taubaté e Tremembé.